"Novos céus e nova terra, onde habitará a justiça" (2Pd 3,13)

Tércio Machado Siqueira

A sugestiva afirmação da Segunda Carta de Pedro está no centro de uma ampla discussão teológica, na atualidade, sobre a revelação e atuação de Deus. O debate está em torno da forma do atuar de Deus no mundo. De modo intenso, os textos bíblicos mostram Deus agindo direta e concretamente na história; entretanto, ainda é possível constatar que Israel experimentou a presença divina no cosmo. Os registros dessa atuação na história humana e dessa presença sustentadora da ordem cósmica estão privilegiadamente nas páginas das Escrituras Sagradas.

O Antigo Testamento (AT) é farto em sugerir que a ação de Deus é representada pela expressão hebraica *sedaqah umishpat* (= justiça e direito). A grande concentração dessa expressão hebraica, surpreendentemente, encontra-se no livro de Salmos que, basicamente, é um livro ligado ao culto. Por exemplo, a afirmação, *Ele ama a justiça e o direito* (Sl 33,5), leva o/a leitor/a a perceber que o salmista partia de uma outra percepção da atuação de Deus. Aqui, a controvérsia está colocada na discussão sobre as origens do conceito de *justiça* – se esse conceito tem raízes nas cosmogonias do Antigo Oriente Médio ou das ricas tradições clânicas que confessavam a fé no Deus Javé. São controvérsias criadas a partir do insaciável desejo de conhecer e interpretar com mais profundidade o texto bíblico.

1. O debate: história e cosmo como palcos da atuação de Deus

Um dos temas mais fascinantes na Bíblia é perceber a relação de Deus para com o mundo, e como Israel experimentou essa relação no seu dia-a-dia. Os textos bíblicos são abundantes, mas não unívocos, ao descreverem essa relação Deus-mundo. A expectativa de Pedro (2 Pd 3,13), por novos céus e nova terra plenos de justiça, provoca o/a leitor/a a buscar uma compreensão mais clara sobre a identidade dessa realidade esperada.

1.1. A experiência de Israel com o seu Deus na história

Para os/as estudantes da Bíblia, a contribuição de Gerhard von Rad para os avanços dos estudos bíblicos, especialmente do AT, é extensamente reconhecida. A partir de sua contribuição, os/as estudantes perceberam a singularidade da relação do Deus Javé para com o mundo manifestada na história. Para ele, a manifestação da presença salvífica de Deus no mundo está narrada nas páginas da Bíblia. Não só von Rad, mas muitos outros estudiosos conceberam o mundo como a esfera da ação salvadora de

Javé[1]. A ação divina no mundo é tão importante que, segundo von Rad, o tempo somente avança quando Deus age.

Mais recentemente, os/as biblistas conheceram o massudo trabalho de Norman K. Gottwald[2]. Nele, Gottwald reafirma a relação de Deus para com o mundo, através do processo sócio-histórico, intervindo concretamente na forma da organização sociopolítica do povo de Israel (conferir p. 928).

A singularidade da afirmação bíblica de que Deus está presente na história – seja a história da humanidade ou a história de Israel – é testemunhada nos livros históricos e proféticos, bem como em muitos salmos. Todos esses documentos bíblicos querem mostrar que Deus está presente (e nunca ausente!) nos problemas do mundo e dos seres humanos, através do Seu ouvir os gritos do povo aflito (Ex 3,7 e Salmos de Lamentação), de julgar duramente a infidelidade (pronunciamentos proféticos) e anunciar palavras de salvação (Is 6,1–9,6 – o Livro de Emanuel).

1.2. A presença e atuação de Javé no cosmo

Em 1981, o exegeta alemão, radicado nos Estados Unidos, Rolf Knierim publicou um extenso artigo: "Cosmo e história na teologia de Israel"[3]. Nesse artigo, Knierim não se contrapõe aos que afirmam que, segundo a Bíblia, a história é o palco único da atuação de Deus. Todavia, ele observa que os estudiosos da Bíblia têm subestimado a atuação e revelação de Deus no cosmo, junto à ordem do mundo. Em outras palavras, ele quer dizer que a história não é o único modo de Deus relacionar-se com a realidade, nem mesmo a única forma de Israel conceituar o mundo e o âmbito da atuação de Deus. Knierim tem consciência de que as referências bíblicas, que substanciam seu argumento, são bem menores, embora ele pense que a infreqüência estatística não diz nada acerca da importância da relação de Deus para com a ordem cósmica, na fé de Israel.

Quando Knierim fala de uma ordem cósmica, refere-se à perfeita, boa e justa obra criadora de Deus. Essa ordem cósmica não foi afetada e corrompida pela queda humana. Pelo contrário, o mundo bom da criação continua íntegro, sustentado pela *hesed* bondade, pela *'emunah* fidelidade, pela *'emet* fé, pelo *xalom* paz. A substanciação desse argumento ele a encontra em Jó 38. Aqui, diante da queixa de Jó, Deus abre as cortinas do céu, mostrando que o "mundo bom" da criação estava intacto.

A proposta de Knierim não radicaliza sua posição, mas enriquece uma interessante e produtiva discussão teológica, valorizada pela força e competência do exegeta

1. VON RAD, Gerhard. *Teologia do Antigo Testamento*, vol. 2. São Paulo, ASTE, 1974, p. 341.

2. GOTTWALD, Norman K. *As tribos de Yahweh – Uma sociologia da religião de Israel liberto, 1250-1050 aC.* São Paulo, Edições Paulinas, 1986.

3. KNIERIM, Rolf. Cosmos and History in Israel's Theology. In: *Horizons in Biblical Theology – An International Dialog*, Volume 3, p. 63-123; conferir também no seu livro *The Task of the Old Testamenti Theology – Method and Cases*. Grand Rapids: W.B. Eerdmans Publishing Company, 1995, p. 171-224.

alemão Frank Crüsemann[4]. Ao argumentar pela presença e atuação divina no cosmo, Knierim quer referir-se ao capítulo do AT sobre a criação e sustentação do mundo. É aí que a discussão chega ao texto de 2Pd 3,13.

2. A expectativa da Epístola de Pedro à luz do debate

Todo debate teológico é proveitoso na medida em que ele contribui para a prática da fé. Fora disso, a discussão torna-se tão inútil quanto desinteressante. É por acreditar que este tema possui relevância para a prática cristã que ele é reaberto e discutido aqui.

O texto de 2Pd 3,13 está inserido no contexto escatológico e apocalíptico. Isso está bastante claro. O autor exorta os seus leitores e leitoras a aguardarem a parusia, esforçando-se pela busca de uma vida piedosa e santa (v. 11-16). Esse preparo pessoal é a melhor maneira para acelerar a chegada do dia do Senhor (v. 12). Todavia, é preciso direcionar a análise sobre o texto para alcançar alguns objetivos previamente propostos. O texto pertence a um gênero literário bastante específico que, certamente, lançará luzes sobre o significado e a intenção dessa perícope. Como marca da literatura apocalíptica, as crises, advindas da violência dos infiéis sobre os fiéis, são tratadas de modo radical: o presente estado de coisas será eliminado para dar lugar a "novos céus e nova terra", onde, finalmente, haverá o triunfo pleno da justiça. A grande questão está na elucidação da relação "novos céus e nova terra" com a "justiça". Propositalmente, o tema da preparação para a parusia será evitado, nesta análise, em vista do maior e momentâneo interesse no teor da expectativa dos/as cristãos/ãs, indicada no texto de 2Pd 3,13.

Diante dessa expectativa – "esperamos novos céus e nova terra, onde habitará a justiça" – surgem algumas questões relacionadas com o debate teológico, acima mencionado.

2.1. Como seria interpretado o verso 13, à luz do debate?

A frase: "O que nós esperamos (...) novos céus e nova terra, onde habitará a justiça", pode ser interpretada de duas maneiras. Primeiramente, ela pode indicar a presença, na comunidade cristã primitiva, de uma tradição que acreditava na existência de uma ordem cósmica, presente no mundo desde a criação. Essa ordem, estabelecida por Deus no ato da criação, foi ofuscada e encoberta pelo pecado humano (mas nunca ferida e alterada!). Os dois relatos da criação são esclarecedores, sendo ricos em detalhes e argumentos: a primeira narrativa (Gn 1,1–2,4a) insiste que o mundo criado era bom (Gn 1,10.12.18.21.25.31); quanto à segunda narrativa (2,4b-25), ela não pode ser lida sem o relato da queda (3,1-24), pois ambas formam uma única perícope. A intenção desse extenso parágrafo é argumentar em favor da tradição que afirma que o mundo atual possui formas que não correspondem à realidade daquele mundo criado por Deus e avaliado, pelo narrador, como bom, perfeito e íntegro.

4. CRÜSEMANN, Frank. Jahwes Gerechtigkeit (*sedaqa/sädäq*) im Alten Testament. *In*: *Evangelische Theologie* 36, 1976, p. 427-450.

Evidentemente que o AT conhece a história, bem como a ordem do mundo criado. Também ele conhece a relação e a presença de Deus tanto na história como na ordem cósmica. A identidade do Deus Javé é diferente da ordem do mundo, bem como da história. Ele é o criador de todo o cosmo, incluindo o planeta terra, e é Ele quem movimenta a história (Sl 90,2). A expectativa de Pedro pode caber dentro dessa tradição que esperava o resgate do "mundo bom", isto é, dessa ordem que, posteriormente, foi desfigurada, mas nunca desfeita, pelo pecado humano. Nesse caso, a expectativa de Pedro por "novos céus e nova terra, onde habitará a justiça", refere-se à ordem do mundo bom, existente antes da queda.

Argumentando numa outra direção, a referência aos "novos céus e nova terra" pode ser interpretada como uma linguagem excessivamente teológica que quer enfatizar a força da mudança na história humana, exercida pela ação salvífica de Deus, em Jesus Cristo.

2.2. Qual é o significado da palavra "justiça" no AT?

Essa é uma questão central no debate, mencionado ao início desta análise.

Para Frank Crüsemann, ainda não surgiu uma pesquisa satisfatória sobre a *justiça de Javé*. Todas as pesquisas apresentadas e publicadas trataram a *justiça de Javé* como um caso subordinado ao conceito geral de "justiça". Esse modo imperfeito de aproximar-se de termo ou expressão hebraica resultou em definições da palavra "justiça" como estas: fidelidade à aliança, fidelidade à comunidade, ato de manifestação de justiça ou ordem cósmica.

Criticando os que tentam definir a palavra hebraica *sedaqah* (*justiça*) a partir de sua significação conceitual, obtida através do esforço de traduzir a palavra, Crüsemann propõe o entendimento desse termo com base na sua ocorrência no emprego junto a Javé – *sedaqah Javé*. O seu significado virá da relação *sedaqah*-Javé-Israel, não somente num determinado momento da história. Para ele, o termo tem que ser interpretado à luz da dinâmica de seu uso e compreensão. Dessa forma, o resultado ficará mais próximo da realidade de uso do texto bíblico em toda a sua extensão. Isso possibilita perceber a evolução do termo ao longo da história das tradições.

Por outro lado, não é esta a compreensão de Rolf Knierim. Argumenta que o conceito de justiça no AT está profundamente engastado nas culturas mesopotâmicas e egípcia do terceiro milênio antes de Cristo, incluindo a suméria, a acádica, a hitita, a ugarítica, entre outras. Para essas culturas, a justiça representa a base e estrutura de suas compreensões do mundo e da realidade de suas cosmogonias. Esse conceito de justiça está essencialmente relacionado com a compreensão da realidade como a ordem do mundo. Assim, justiça é o mundo ordenado, e o mundo foi criado e ordenado em justiça[5]. Como um bom assimilador de culturas, Israel tomou esse conceito, pas-

5. Veja: *A interpretação do Antigo Testamento*. S. Bernardo do Campo, Editeo, 1990, p. 39-61.

sou-o pelo crivo de sua fé e afirmou que a justiça está enraizada em uma compreensão da realidade cósmica como ordem do mundo criada e sustentada por Deus. Conseqüentemente, a compreensão do AT, acerca da justiça, é uma parte essencial da doutrina da criação.

2.3. O que tem a ver justiça com o apocalipsismo?

Eis uma questão provocativa. Usando a metodologia exegética de Frank Crüsemann, tem-se a liberdade de interpretar a frase – "(...) novos céus e nova terra, onde habitará a justiça" – segundo a situação vivencial do autor e a sua experiência de fé. O gênero literário apocalíptico está basicamente relacionado com situações de emergência. A esperança cria no ser humano coragem que, por sua vez, produz experiências de fé. A justiça que o autor espera encontrar nesse "novo mundo" não pode caber, segundo Crüsemann, em um conceito extraído da palavra *sedaqah*, seja ele fidelidade à aliança e lealdade à comunidade ou, pura e simplesmente, manifestação da justiça, ou mesmo ordem cósmica. Segundo essa metodologia, é preciso buscar o significado de justiça, próprio ao seu tempo e lugar. O profeta anônimo Trito-Isaías pode ser tomado como um exemplo: em tempo de emergência, quando a justiça humana está ausente (Is 59,9-15), a esperança é posta na *sedaqah* de Javé (Is 59,16-20) que trará um pesado juízo sobre a terra. Portanto, esta pregação profética emergencial pós-exílica trata a *sedaqah* de Javé como ação salvífica. Assim, Pedro quer afirmar que a comunidade cristã, em crise, receberá a visita salvífica de Deus, possibilitando-lhe uma transformação radical.

Por sua vez, Rolf Knierim encontra, nessa expressão de 2Pd 3,13, grande possibilidade de expansão para os seus argumentos, especialmente porque ela faz parte de uma perícope cujo gênero literário é apocalíptico. Significativamente, a afirmação de Pedro possui uma formidável relação com o texto do profeta anônimo Trito-Isaías. Nele, o Deus Javé anuncia a criação de "novos céus e nova terra" (Is 65,17; 66,22). Segundo Knierim, o objeto do ato criador de Javé é uma nova ordem cósmica que fornecerá a base para a vida de Israel na terra (Is 60,19-20). Embora a palavra *sedaqah* não esteja grafada nesse imaginário do profeta (Is 65,17-25) acerca dos novos céus e da nova terra, o seu conceito faz-se presente através da descrição da antiga ordem da criação (Gn 1,1–2,4a). Isso fica subentendido nas expressões: "alegrai-vos... regozijai-vos para sempre" (Is 65,18); "já não haverá ali criancinhas que vivam apenas alguns dias, nem velho que não complete a sua idade..." (v. 20); "já não construirão para que outro habite a sua casa..." (v. 22). Tais sentimentos de alegria e esperança estão baseados na certeza de que o resgate da ordem cósmica – nos céus e na terra – chegará através da intervenção do Deus Criador.

3. 2Pedro 3,13: uma proposta de interpretação

É fascinante encontrar exegetas sérios e competentes, mesmo que, entre eles, os argumentos e as conclusões sejam divergentes. A ironia do célebre dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues acolhe com alegria a divergência (não a discórdia!) ao afirmar que "toda unanimidade é burra". É sabido que entre os profetas Isaías (740–700 aC) e Jeremias (609–582 aC) havia uma divergência teológica, mas nem por isso a comuni-

dade dos/as fiéis deixou de reconhecer esses dois profetas como autênticos porta-vozes de Deus.

1) O tempo e o lugar de 2Pd 3,13, necessariamente, merecem uma análise especial. É preciso reconhecer, com Crüsemann e Knierim, que o lugar e o tempo de 2Pd 3,13 exigiam uma reconceituação da palavra justiça para produzir uma nova linguagem de alento, naquele momento de emergência pelo qual o povo cristão passava. Como um dos teóricos da Crítica da Forma, Knierim é menos flexível, pois leva muito a sério o eixo metodológico ao analisar um texto: gênero literário, lugar vivencial e intenção. Ao mesmo tempo, em sua análise, ele valoriza o campo semântico de cada termo. Enquanto isso, Crüsemann é mais flexível na sua metodologia, pois reconhece que a situação emergencial exigia do autor uma ressignificação do termo *justiça*. O significado de *justiça de Deus* gira sempre em torno de *ação salvífica de Deus*. Sua posição contrária ao fechamento do significado da palavra *justiça*, em torno de um só conceito, é mais realista e mais adequada à metodologia usada por Paulo, especialmente.

2) Crüsemann aproxima-se de 2Pedro 3,11-16 quando interpreta o uso do termo *sedaqah* em Isaías 56,1. Na carta de Pedro, a exigência para que a comunidade pratique a justiça – "... enquanto esperais e apressais a vinda do dia de Deus" (2Pd 3,12); "esforçai-vos ardorosamente..." (2Pd 3,14) – aproxima-se das palavras do Trito-Isaías: "observai o direito e praticai a justiça" (Is 56,1). Isso leva a crer que a intenção dos dois autores é mostrar que "novos céus e nova terra" só virão com a união da ação salvífica (justiça) de Deus com a justiça humana. Knierim também pensa nessa direção, pois ao interpretar o Salmo 82 ele aponta o verso 5 como o ponto central para entender a veemência do julgamento divino (v. 2-4). Porque os deuses e homens não protegem o pobre e favorecem os que oprimem os necessitados, "todos os fundamentos da terra se abalam" (v. 5).

3) Knierim toca fortemente na tecla da *justiça* como sinônimo de *ordem cósmica*, instituída por Deus no ato da criação. Ele substancia os seus argumentos de modo engenhoso e lógico. Primeiro, ele toma o Salmo 33 e constata que, em meio às palavras que descrevem e exaltam a criação do mundo (v. 4.6-9), o salmista diz: "ele ama a justiça e o direito" *(sedaqah umishpat)*. Ele constata, neste salmo, a presença de dois campos semânticos: a criação ["o céu foi feito com a palavra de Javé (...)"; "Ele diz e a coisa acontece, Ele ordena (...)] e a justiça [(...) a palavra de Javé é reta e sua obra toda é verdade; Ele ama a justiça e o direito, a terra está cheia do amor de Javé"]. Segundo, Knierim sustenta que o mundo bom da criação continua intacto (Jó 38) e a palavra usada no AT para expressar essa ordem cósmica é *sedaqah* justiça. Sua opinião ajusta-se bem à afirmação de Pedro – "O que nós esperamos (...) são novos céus e nova terra, onde habitará a justiça". Knierim aposta numa tradição que afirmava a revelação de Javé na história e na ordem cósmica. Israel e, posteriormente, os cristãos nunca perderam de vista a promessa de que, "implodindo" o mundo perverso, descobrir-se-ia a ordem estabelecida na criação.

Tércio Machado Siqueira
Rua do Sacramento, 230, casa 4
09640-000 Rudge Ramos
São Bernardo do Campo, SP